

UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA  
RELATÓRIO DAS AÇÕES DO PAIUB  
CONVÊNIO N°039/96  
ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO

Objetivo: Ampliação das discussões do Projeto Institucional  
e início de encaminhamento para a etapa de diagnóstico

PVH.fev./97

11



## RELATÓRIO - PARCIAL/PAIUB/96

Consoante ao objetivo das primeiras ações da Universidade Federal de Rondônia no que se refere ao seu processo de avaliação institucional, foi realizado nos dias 09 e 10 de dezembro de 1996 um seminário de avaliação institucional no Campus da UNIR em Porto Velho, no qual parte dos segmentos da universitária fizeram-se presentes, contando inclusive com a participação dos Campi do interior.

Salienta-se que neste seminário procurou fomentar uma discussão sobre a temática apresentada em três níveis de percepção. De início buscou-se debater a relevância de se realizar a avaliação institucional tendo como objetivo a sensibilização política-institucional para a questão da avaliação. O que contou com a participação das diferentes representações (dos técnicos, dos discentes e docentes) e dos segmentos da comunidade universitária. Num segundo momento de discussão seminário o foco das atenções passou a ser o próprio projeto de avaliação da Universidade Federal de Rondônia no qual foi colocado em relevo questões em torno da necessidade do aprofundamento e de crítica dos critérios de avaliação.

Apresentou-se também a necessidade de um redimensionamento da dimensão do Fórum de Avaliação permanente de nossa instituição no sentido de se refazer o quantitativo de Fórum e também parte de sua composição.

Num terceiro momento, colocou-se a necessidade de tirar os encaminhamentos para dar início propriamente ao processo cotidiano da avaliação institucional. Neste transformar sentido, ficou acertado como deliberação preliminar do seminário; que, por um lado, seria constituída uma comissão para proceder a revisão dos indicadores, elaboração dos instrumentos de coleta de dados, testagem desses instrumentos comunidade e posterior coleta de dados. Enquanto que por outro, iria se aprofundar o debate em torno da composição e representação do Fórum de avaliação institucional servindo inclusive como forma de permanente sensibilização.

Como primeiro e permanente objetivo do seminário é com certeza o desenvolvimento da sensibilização para a questão da avaliação institucional, tal perspectiva em parte foi atingida na medida em que fomentou a sensibilidade dos participantes para tal necessidade ao pôr em relevo uma nova agenda cultural para a nossa instituição.

No entanto apesar de termos lançado mão de toda uma estratégia de articulação de motivação e envolvimento da comunidade acadêmica na medida



em que contamos inclusive não só com a sensibilidade mais também com o apoio e trabalho, do DCE e da ADUNIR, sentimos ainda a necessidade de fomentar mais tal discussão para que se possa buscar talvez o objetivo mais nobre desse processo, ou seja; a avaliação institucional num processo "natural" e cotidiano. Dessa forma, foi dado início a uma discussão mais ainda temos muito que percorrer não tanto no produto final avaliação mas no desenvolvimento de uma cultura envolvente.

Se qualidade é sobretudo participação, como diz Pedro Demo, resta-nos muito por fazer embora a participação no seminário não tenha ficado muito aquém das participações nas assembléias das nossas representações sindicais ou seja; aproximadamente um décimo da nossa comunidade de docentes. Entretanto tais dificuldades não são exclusivas de nossa IFES, nem certamente das Instituições de Ensino Superior mas sim da sociedade brasileira. O nosso sonho é transformar a avaliação institucional numa espécie de demanda próprios movimentos sociais colocado pela sociedade civil organizada e comunidade acadêmica.

No entanto, parece-nos ainda longe tal objetivo. Isso porque como nos alerta determinada literatura sociológica do país a sociedade brasileira possui uma diminuta capacidade de participação e organização no qual o Estado disso tira proveito chamando para si as responsabilidades pelas ações. Estamos falando de um certo "diagnóstico da sociedade brasileira" feita pela corrente autoritária do pensamento social no Brasil, ou seja; Oliveira Vianna e sua forma cultural de interpretar o país. No entanto ao salientar a dificuldade encontrada não reforçamos tal perspectiva na medida em que apesar das dificuldades sempre procuramos encaminhadas as discussões de forma extremamente envolvente com as entidades representativas. O fato é que até estes encontram-se com dificuldades para motivar seus segmentos para questões "quentes" do ponto de vista sindical que dirá para debater um processo de avaliação.

Identificamos hoje na sociedade brasileira uma grande "pobreza política" parece que se perdeu a capacidade de "indignação" e tal característica como não poderia deixar de ser permeia nossas instituições. Reverter a "curvatura desta vara" parecer ser então o nosso grande desafio. Se, por um lado, perdemos em participação, por outro, ganhamos em profundidade das questões abordadas e dos critérios de avaliação levantados publicamente.

De qualquer forma, os trabalhos do seminário foram desenvolvidos observando-se as orientações acordadas previamente, tendo sido cumprida a maior parte da seguinte programação;



**ATIVIDADES DESENVOLVIDAS**  
**PROGRAMA DO SEMINÁRIO SOBRE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

DIA 09/12/96

8:30 horas

Abertura:

Reitor: OSMAR SIENNA

Componetes da Mesa:

Representante da Comissão Executiva: Jorge Luiz C. de Oliveira  
Pró-reitor Acadêmico

Presidente do DCE: Marcos Aurélio Dall'acqua

Presidente do SINTUNIR: Maria Nazare F. da Silva

9:30 horas

**Mesa Redonda sobre Avaliação Institucional**

Coordenação: Jorge Luiz C. de Oliveira  
Pró-reitor Acadêmico

Componentes da Mesada : Prof<sup>a</sup>. Dra. Isaura Beloni  
Prof<sup>o</sup>. Ms. Márcio Antônio de Oliveira

14: horas

Palestra:- Relato de Experiência

Coordenação: Flávio Batista Simão

Avaliação Institucional na UnB

Prof<sup>a</sup>. Dra. Isaura Beloni

15:30 horas - Debates



Dia 10/12/96

9:00 -Coordenação :Maria Berenice A.Tourinho  
Palestrante: Elizabeth A. Leonel de Moraes

**Apresentação e debate do projeto da UNIR :“UM NOVO INÍCIO  
REPENSADO” de Avaliação Institucional**

10:30 - DEBATES

INTERVALO

14:30 - Encaminhamentos;

Coordenação: Membros da Comissão Executiva  
Encaminhamento do Projeto de Avaliação Institucional da UNIR

1. Formação de Comissões e proposição de encaminhamento de  
implantação do projeto;

2. Implantação do Fórum de Avaliação Permanente;

Dos palestrantes convidados infelizmente não podemos contar com a participação da professora Isaura Belloni em razão de dificuldades no seu deslocamento aéreo.

Contamos com a participação de um total de 30 pessoas entre técnicos , discentes e professores. Tendo em média 20 pessoas para cada item temático da pauta do evento.

Existiu também dificuldades de deslocamento de docentes e técnicos de parte dos Campi do interior do Estado em razão de um bloqueio da Br-364.

Apesar de termos uma avaliação na época do seminário um tanto apreensiva dado que na nossa avaliação a participação poderia ser bem maior. Fomos surpreendidos recentemente com o enorme interesse de nossa comunidade acadêmica pela questão da avaliação. Isso porque, tivemos (14) de nossos docente e técnicos interessados em realizar o curso de especialização em avaliação à distância que será promovido por várias instituições de todo o país. Isso para nós indica que o objetivo do seminário em grande parte foi realizado, particularmente atendendo a perspectiva da sensibilização.



Além disso, foi acordado os indicadores institucionais(em anexo) pela comissão preliminar de operacionalização do projeto dando encaminhamento as recomendações do seminário.

Por outro lado, foi realizado a seleção dos bolsistas que responderão pela coleta de dados da instituição. Infelizmente não foi possível operacionalizar a elaboração e testagem dos instrumentos de coleta de dados, bem como, a coleta de dados propriamente dita.

Segue em anexo demonstrativo da execução do convênio 039/96 - PAUIB.

PVH,28 de fevereiro de 1997

Jorge Luiz Coimbra De Oliveira  
Pró-Reitor Acadêmico



**UNIR - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA**

**PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL**

**Porto Velho/RO  
Maio/96**



I - TÍTULO - PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

# Um Novo Início Repensado

"No escopo de nossa  
Angustia  
A liberdade  
Eixo entre o uno e o vasto  
Na amplidão solitária  
De ser universo  
E se recompor com ele"  
(Nairo O. Cemin)

Porto Velho/RO  
maio/96



## II - IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

Nome: Fundação Universidade Federal de Rondônia - UNIR		
C.G.C.: 04.419.943/0001-90	- Fax: 069-2168507	- Telex: 69-2152
Telefones: (069) 216-8500 / 216-8504		
Endereço: Br-364 - Km 9,5 - Porto Velho-RO	- Caixa Postal: 295	Cep: 78900
Responsável: Osmar Siena - REITOR	C P F: 324.188.292/72	

### UM BREVE HISTÓRICO

Em 1979 presidia a Nação o General João Batista Figueiredo. Sob a máxima "integrar para não entregar", utilizando a multimídia, o Governo Federal provocou intensa migração para o Território Federal de Rondônia, transformado pela propaganda governista no "Eldorado". A população cresceu assustadoramente, passando de 69.792 pessoas em 1960 para 111.064 em 1970. Em 1980 o número de habitantes é de 491.069 (sendo que em 1990 chega a 1.373.720). Rondônia não possuía infra-estrutura para abrigar e suprir as necessidades de moradia, educação, emprego, assistência a saúde e lazer de tanta gente. O ambicioso projeto de ocupação ordenada da Amazônia, pelo menos na terra de Rondon começava a perigar.

O Presidente Figueiredo nomeou em 10.04.1979 o Coronel Jorge Teixeira de Oliveira para governar o Território.

"Teixeirão", como era chamado o Governador, anunciou como prioridades executivas: a Construção da Hidrelétrica de Samuel, a Regularização Fundiária, a Criação do Estado e a **Universidade**.

Com a ajuda do Governo Federal os projetos são implementados. Rondônia vive um período dinâmico e produtivo.

Em janeiro de 1982 foi instalado o Estado de Rondônia. Em março do mesmo ano inicia-se a construção da hidrelétrica de Samuel. A questão fundiária começa a ser trabalhada com a implantação do Projeto Polo-Noroeste, criado pelo Decreto-Lei nº 86.029, de 27 de maio de 1981. Esse projeto, com recursos financeiros do Banco Mundial e da União é a ferramenta utilizada para o desenvolvimento do Novo Estado. Surgem os Nuarenses - Núcleos Urbanos de Apoio Rural, cada um com seu armazém, sua escola, seu posto de saúde e serviço de apoio ao setor produtivo.



quando tomou posse o Professor José Dettoni, primeiro reitor eleito pela comunidade universitária.

Na gestão Dettoni (Abril/89 - Abril/93) a rede de abastecimento de água da Companhia de Água do Estado de Rondônia - CAERD foi estendida até o Campus. Foi implantado um moderno Sistema de Telefonia.

No final de 1989 a UNIR, através da Lei Federal aumentou em aproximadamente 100% o seu quadro de recursos humanos.

Em 1991 os Núcleos do interior foram elevados à categoria de "Campi" Universitários da UNIR.

Em maio de 1991 a Administração Superior da Universidade propõe a elaboração de um Novo Plano Diretor para a Instituição, visando definição da sua política global para o período 1992/1996, onde através de uma metodologia de planejamento participativo seriam elaborados o diagnóstico, projetos e programas para o desenvolvimento da instituição. Entretanto, o Plano Diretor não chegou a ser elaborado, por problemas diversos.

No final do ano de 1991 a Administração Dettoni propôs o projeto do "Programa Integrado de Qualidade Educacional - PIQUE" que prevê a criação de polos de qualidade, redimensionando recursos humanos, desativando cursos repetidos em mais dois campi e criando outros de acordo com a necessidade regional. Este Projeto provocou grande polêmica, criando grupos dissidentes, com inúmeras e acirradas discussões.

Nesse clima, em 1992, foi deflagrado o processo de escolha do novo Reitor. Quatro chapas disputaram o voto de cada membro da comunidade universitária. O professor Ari Miguel Teixeira Ott saiu vencedor, mas, não foi empossado em decorrência de denúncias ao MEC e à Justiça, de irregularidades na administração Dettoni, na qual ocupava o cargo de Vice-Reitor.

Mais uma vez a UNIR tem um Reitor Pró-Tempore com a nomeação pelo MEC do Professor Sinedei de Moura Pereira, em 27.04.93.

A Administração Sinedei de Moura Pereira foi extremamente conturbada. O MEC constituiu Comissão de Processo Administrativo Disciplinar para apurar as denúncias contra Dettoni - Ott. Os trabalhos da Comissão se prolongaram e a acirrando os ânimos. O clima organizacional não era dos melhores.

Em Abril de 1994, o MEC devolveu a Lista Sêxtupla relativa a eleição do professor Ari Ott e justificou a devolução alegando que o Colégio Eleitoral estava irregular, considerando que as modificações do Estatuto, realizado em 1991 ainda não tinham sido aprovadas pelo CFE.



Mais uma vez foi nomeado um Reitor Pró-Tempore, com o Professor Francisco Aparecido Ferreira, Delegado do MEC no Estado, assumindo a reitoria.

A gestão do Professor Francisco Aparecido Ferreira, por contar com o apoio do MEC consegue verbas para construção do restaurante, terminar a construção de um prédio onde iria funcionar a Escola Técnica, renova a frota de veículos e ampliar o acervo bibliográfico.

No início de sua administração o professor Francisco anunciou à comunidade universitária que estava na UNIR para organizar a Instituição e promover, até o final do ano, eleição para reitor. Cumpriu a promessa. Regularizou os conselhos, conseguiu aprovação do Estatuto e no último trimestre de 1994 deflagrou o processo eleitoral.

Concorreram desta vez 03 (três) chapas, vencendo o pleito o Professor Osmar Siena, empossado pelo Ministro Murilo Hingel em 21.12.1994.

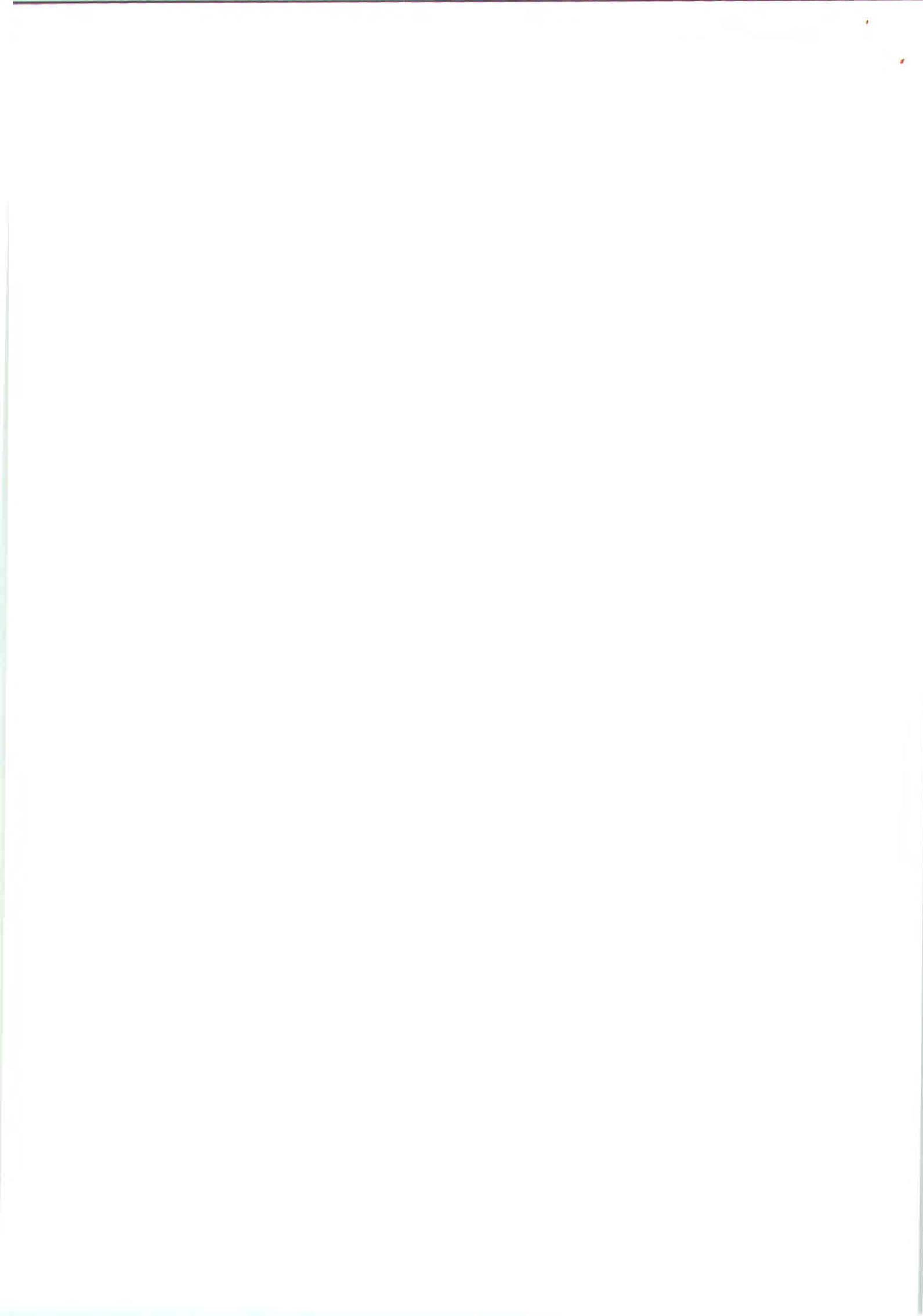
O Professor Osmar Siena inicia sua gestão com as questões internas apaziguadas, todavia a conjuntura nacional com a administração do presidente Fernando Henrique Cardoso prenuncia novos desafios a serem enfrentados.

Terá ainda o Reitor que promover a motivação, a confiança e o dinamismo necessário ao crescimento quantitativo e qualitativo da instituição.

O Quadro anexo I apresenta dados quantitativos da UNIR, quando de sua instalação (1983) e dos dias atuais.

Cabe lembrar que esta IFE completa em julho do corrente ano, 13 (treze) anos e nesse lapso de tempo passou por 07 (sete) administrações, sendo a atual a oitava. Houve 06 (seis) Reitores Pró-Tempore.

Cada Reitor administrava de acordo com sua ideologia, sua bagagem cultural e técnica e nomeava novos assessores de confiança. Pode-se dizer que a descontinuidade administrativa foi a tônica da performance institucional no período em apreço. Estava-se sempre recomeçando planos, projetos e programas para, quase nunca, alcançar resultados. Surge então o questionamento: Poderia a UNIR, nesse contexto histórico ter tido um maior desenvolvimento?



### III - JUSTIFICATIVA

"Existe um tabu em torno da avaliação que leva todos os segmentos da comunidade universitária a defender ferrenhamente sua importância e necessidade e, ao mesmo tempo, a colocar óbices à sua realização, para que ela, na prática, não aconteça"(VAHL,1994).

Há algum tempo a Comunidade Universitária vem se sentindo fragilizada, pelas correlações de forças internas e externas à universidade e que criam uma situação de crise.

Sintomaticamente Rondônia virou o "Judas" da região norte, onde a mídia com sua panacéia de "certezas" imediatistas, bate sem trégua, desvalorizando a sua cultura e o espaço social construído por sua população. Desta forma, a visão da UNIR que os meios de comunicação veiculam, não reflete a realidade nem dos que nela trabalham e nem da sociedade como um todo.

A Universidade de Rondônia continua a ser julgada por parâmetros meramente tecnicistas, e o que é mais grave, usando variáveis ligadas a um tipo de avaliação reducionista, onde se prima por exacerbar a produtividade científica, nos isolando da nossa história, da nossa peculiaridade regional de fronteira agrícola, e ainda, da nossa idade institucional.

Esse é o momento para a nossa avaliação institucional, não só porque o MEC assim o quer, mas porque a algum tempo a comunidade universitária se debate numa panacéia de projetos políticos e acadêmicos desencontrados, pulverizando esforços no sentido de construção da academia. O período crítico por que passou a UNIR desde a sua criação configurou-se com o ápice de uma crise forte de identidade institucional, agravada pela política governamental e por problemas acadêmicos, políticos, funcionais e administrativos de toda ordem.

Professores, técnicos e alunos se apercebem e sentem a necessidade de uma avaliação que reflita claramente isto que agora vislumbramos quase que intuitivamente e que nos ajude a delinear o nosso perfil institucional, nossos pontos fracos e nossas potencialidades, afim de reconstruir



um projeto pedagógico e um projeto institucional mais adequado às necessidades e expectativas de nossa sociedade envolvente.

Por outro lado, a comunidade externa espera dessa Universidade muito mais do que ela pode oferecer no momento. Precisamos conhecer melhor as demandas de nossa clientela para direcionarmos nossas metas no sentido de atendimento da expectativa social.

Para isso, não basta uma avaliação quantitativa, baseada em indicadores numéricos, mas, ela tem que abranger uma avaliação qualitativa, tanto da comunidade interna como da externa.

O único projeto pedagógico que a UNIR elaborou data de 1984, quando a conjuntura nacional e regional era muito diversa da que temos hoje.

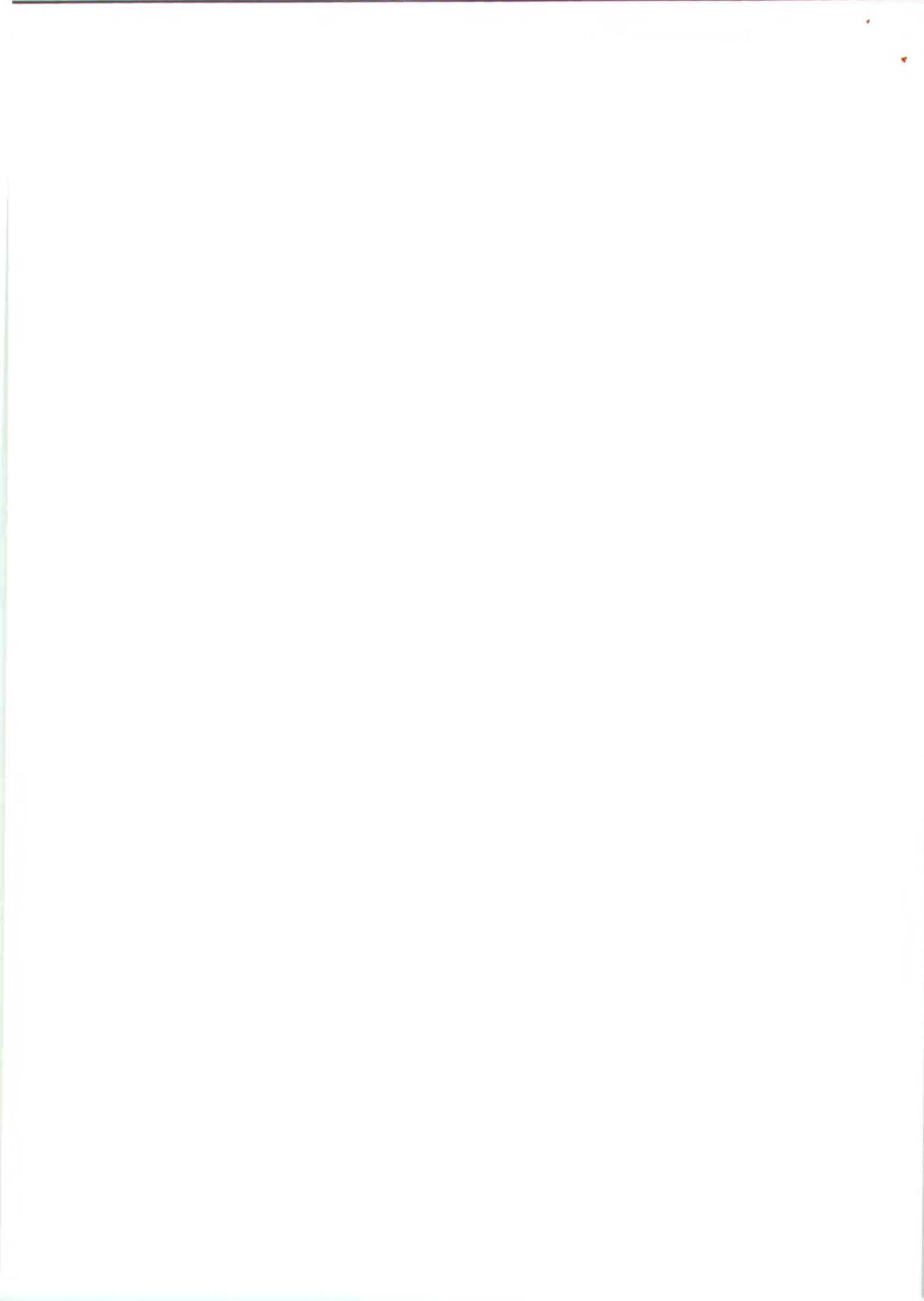
Vivemos um contínuo turbilhão de incerteza, lutas contínuas com forças e determinantes da política de ensino imposta oficialmente pelo Estado, procurando sobreviver como instituição, nos adaptando aquela ou a esta conjuntura.

Consideramos que esta avaliação é importante e necessária porque entendemos que a UNIR precisa redefinir seu papel como instrumento de modernização e, melhor ainda, como instrumento de definição de modernidade e da tão propalada qualidade (total, de vida, ensino, institucional, etc.).

É preciso buscar resposta às reflexões de Ennio Candotti quando se refere à UNIR:-

"Deveria ser sugerida a criação, na região, de apenas uma Universidade de ensino? O que mudaria? Essa universidade teria tratamento especial? Qual? E por que ela não pode tê-lo assim como está?... Afinal, Rondônia é região de grandes conflitos sociais, de economia em crescimento, rica em diversidade biológica e com ecossistemas complexos de grande valor científico" (CANDOTTI, 1993).

Assim, cremos que um projeto de avaliação institucional, democrático, dinâmico, quantitativo-qualitativo, debatido amplamente durante todo o processo, flexível o suficiente para permitir a negociação e a tomada de decisões democraticamente, bem como garantir a crítica educativa diante dos resultados, conseqüentemente, construído coletivamente, pode contribuir muito para a melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos por essa instituição, levando-a a contribuir para um desenvolvimento auto-sustentado com



consequente melhoria de qualidade de vida para a maioria da população onde ela está inserida.

Finalmente, um dos maiores méritos de uma avaliação institucional, conduzida democraticamente, a nossa ver, é o seu valor pedagógico, isto é, a oportunização do debate, da reflexão, da discussão entre os diferentes segmentos e ideologias, da tomada de consciência dos envolvidos no processo e da mudança de atitudes decorrente dessa tomada de consciência.

#### **IV - OBJETIVOS**

##### **IMPLANTAR UM PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL, SISTEMÁTICO E PARTICIPATIVO, COM VISTAS A:**

1 - Estimular a adoção de uma postura de auto-crítica de docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos diante do desempenho acadêmico, na expectativa de assegurar a qualidade, a (relevância) e a importância de seus serviços e produtos.

2 - Diagnóstica como se realizam e se interrelacionam na UNIR as tarefas acadêmicas em suas dimensões de ensino, pesquisa, extensão e administração.

3 - Rever o Projeto Pedagógico e o Projeto Institucional afim de restabelecer compromissos e parcerias com a sociedade regional em busca de um desenvolvimento auto-sustentado e participativo.

4 - Estudar, propor e implementar mudanças no cotidiano das atividades acadêmicas do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão, contribuindo para a reformulação dos Projetos Pedagógico e Institucional, tornando-os socialmente relevante e legitimados.



## V - REFERENCIA TÉCNICO

Concebendo a Avaliação Institucional como processo contínuo e norteador das atividades pedagógicas e técnico-administrativas da Instituição, visando a qualidade, nos permitimos fazer nossas as proposições de Ana Maria Saul sobre o paradigms da avaliação emancipatória:

"A avaliação emancipatória caracteriza-se como um processo de descrição, análise e crítica de uma dada realidade, visando transformá-la. Destina-se à avaliação de programas educacionais ou sociais. Ela está situada numa vertente político-pedagógica, cujo interesse primordial é emancipador, ou seja, libertador, visando provocar a crítica, de modo a libertar o sujeito de condicionamentos deterministas. O compromisso principal desta avaliação é o de fazer com que as pessoas direta ou indiretamente envolvidas em uma ação educacional escrevam a sua "própria história" e gerem as suas próprias alternativas de ação.

A avaliação emancipatória tem dois objetivos básicos: iluminar o caminho da transformação e beneficiar as audiências no sentido de torná-las autodeterminadas. O primeiro objetivo indica que essa avaliação está comprometida com o futuro, com o que se pretende transformar, a partir do auto-conhecimento crítico do concreto, do real, que possibilita a clarificação de alternativas para a revisão desse real. O segundo objetivo "aposta" no valor emancipador dessa abordagem, para os agentes que integram um programa educacional. Acredita que esse processo pode permitir que o homem, através da consciência crítica, imprima uma direção às suas ações no contexto em que se situa, de acordo com valores que elege e com os quais se compromete no decurso de sua historicidade.

Os conceitos básicos envolvidos nessa proposta são: emancipação, decisão democrática, transformação e crítica educativa.

A emancipação prevê que a consciência crítica da situação e a proposição de alternativas de solução para a mesma constituam-se em elementos de luta transformadora para os diferentes participantes da avaliação.

A decisão democrática implica que haja um envolvimento responsável e compartilhado dos elementos que participam de um programa, na tomada de decisão tanto nos delineamentos a respeito da proposta avaliativa quanto nos rumos de um programa educacional. Estimula-se uma



participação ampla e diversificada dos elementos, contemplando-se tanto o consenso quanto o dissenso.

A transformação diz respeito às alterações substanciais de um programa educacional, geradas coletivamente pelos elementos envolvidos, com base na análise crítica do mesmo. Essas transformações estão em consonância com os compromissos sociais e políticos assumidos pelos participantes do programa.

A crítica educativa propõe uma análise valorativa do programa educacional na perspectiva de cada um dos participantes (avaliadores) que atuam em um programa. Não se consideram parâmetros universais para confronto dos dados. A crítica incide sobre o programa em si, prioritariamente sobre a dimensão de processo, sem, no entanto, desconsiderar os produtos. A função da crítica é educativa, formativa para quem dela participa, visando a reorientação do programa educacional.

Os pressupostos metodológicos desta abordagem são o antidogmatismo, a autenticidade e o compromisso, a restituição sistemática, o ritmo e o equilíbrio da ação-reflexão.

Três momentos caracterizam esta avaliação - a descrição da realidade (o programa educacional em foco); a crítica da realidade e a criação coletiva - momentos não-estanques, que por vezes se interpenetram, constituindo-se em etapas de um mesmo e articulado movimento.

Os procedimentos de avaliação previstos por este paradigma, que se localiza dentre aqueles de abordagem qualitativa, caracterizam-se por métodos dialógicos e participantes; predomina o uso de entrevistas livres, debates, análise de depoimentos, observação participante e análise documental. Não são desprezados os dados quantitativos, mas a ótica de análise é eminentemente qualitativa.

Nesse paradigma o avaliador assume o papel de coordenador dos trabalhos avaliativos e de um orientador dessas ações. Sua função básica consiste em promover situações e / ou propor uma tarefa que favoreça o diálogo, a discussão, a busca e a análise crítica sobre o funcionamento real de um programa. Sua ação seguinte é a de estimular a iniciativa do grupo na reformulação e recondução do programa.

O avaliador, preferentemente, deve fazer parte integrante da equipe de planejamento e desenvolvimento do programa. Essa posição permite-lhe um maior envolvimento com a "causa" do grupo e um conhecimento mais aprofundado da problemática do programa.

A experiência nas áreas de pesquisa e avaliação, particularmente em avaliações de estilo qualitativo e participante, é requisito necessário ao avaliador que se propõe a conduzir avaliações no paradigma da avaliação emancipatória. A par dessa experiência, é necessário que ele reúna habilidades de relacionamento interpessoal, uma vez que a proposta enfatiza, em todos os seus momentos, o trabalho coletivo.

O Quadro I apresenta, de forma sintética, o paradigma de avaliação emancipatória, destacando as suas principais características e respectivas descrições". (Saul, 1988)



QUADRO I

CARACTERÍSTICAS	Descrição
NATUREZA DA AVALIAÇÃO	Processo de análise e crítica de uma dada realidade visando a sua transformação
ENFOQUE	Qualitativo. Praxiológico: busca apreender o fenômeno em seus movimentos e em sua relação com a realidade, objetivando a sua transformação e não apenas a sua descrição.
INTERESSE	Emancipador, ou seja, libertador; visando provocar a crítica, libertando o sujeito de condicionamentos determinados.
VERTENTE	Político-pedagógica.
COMPROMISSOS	Propiciar que pessoas direta ou indiretamente atingidas por uma ação educacional escrevam a sua própria história. O avaliador se compromete com a "causa" dos grupos que se propõe a avaliar.
CONCEITOS BASICOS	Emancipação Decisão democrática Transformação Crítica educativa
OBJETIVOS	iluminar o caminho da transformação Beneficiar audiências em termos de torná-las autodeterminadas.
ALVOS DA AVALIAÇÃO	Programas educacionais ou sociais.
PRESSUPOSTOS METODOLOGICOS	Antidogmatismo. Autenticidade e compromisso Restituição sistemática(direito à informação) Ritmo e equilíbrio da ação-reflexão.
MOMENTOS DA AVALIAÇÃO	Descrição da realidade Crítica da realidade Criação coletiva
PROCEDIMENTOS	Dialógico Participante Utilização de técnicas do tipo: entrevistas livres, debates.
TIPOS DE DADOS	Predominantemente qualitativos Utilizam-se também dados quantitativos



PAPEL DO AVALIADOR	Coordenador e orientador do trabalho avaliativo O avaliador, preferentemente, pertence à equipe que planeja e desenvolve um programa.
REQUISITOS DO AVALIADOR	Experiência em pesquisa e em avaliação. Habilidade de relacionamento interpessoal.

## VI - METODOLOGIA

No mês de março de 1994, realizou-se na UNIR o seminário "QUE UNIVERSIDADE TEMOS - QUE UNIVERSIDADE QUEREMOS", com a participação de técnicos-administrativos, professores, alunos e representantes da comunidade externa, onde se discutiu: Indicadores de Desempenho de Gestão Universitária, Qualidade de Ensino, a Extensão, a Pesquisa e a Pós-Graduação.

Nos meses de outubro e novembro, do mesmo ano, sob a coordenação da Pró-Reitoria Acadêmica realizaram-se reuniões para discutir com Coordenadores de cursos, Chefes de Departamento e Diretores de Núcleos a busca de melhoria da qualidade dos cursos de graduação. Nestas reuniões ficou patente a necessidade de se realizar um diagnóstico dos cursos, resgatando sua historicidade desde a criação de cada um até o presente momento, análise do perfil do alunado, do ciclo básico, das disciplinas pedagógicas, da interdisciplinaridade, da grade curricular, das relações com a pesquisa e a extensão, do corpo docente, da relação teoria/prática, dos egressos, entre outros aspectos relacionados com a gestão e administração acadêmica.

A metodologia a ser adotada, por consenso do grupo, foi a da pesquisa participante, onde os avaliadores seriam todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo e onde o próprio processo avaliativo tivesse um papel pedagógico de tomada de consciência, necessária para a implementação de mudanças.

Entretanto, as deliberações que resultaram destes eventos não puderam ser implementadas devido ao momento político-institucional por que passava a UNIR e por falta de recursos humanos e financeiros.

Temos que reconhecer, também, o caráter político da avaliação institucional, a pluralidade existente no ambiente acadêmico e o uso que se fará dos resultados da avaliação, bem como as relações internas na instituição, as relações com a comunidade envolvente e as relações da Universidade com o Estado.



Considerando que os pressupostos metodológicos previstos no paradigma da Avaliação Emancipatória adotado por este programa estão contemplados na Proposta Nacional de Avaliação das Universidades Brasileiras do MEC - PÁIUB, estamos apresentando uma proposta para capacitação dos recursos necessários à implantação de um programa permanente de avaliação da UNIR, com vistas a um permanente aperfeiçoamento, reflexão constante e redefinição dos objetivos e das prioridades científicas e sociais de nossa instituição.

As estratégias para a implantação do referido programa serão descritas de forma genérica, pois, a negociação, flexibilidade e a construção coletiva e descentralizada deverão permear todo o processo.

Para tal se propõe:

I - FORUM DE AVALIAÇÃO: Criação de um fórum composto por representantes de todos os segmentos da UNIR, assim representados:

REITOR E VICE-REITORA - PRESIDÊNCIA

PRO-REITOR ACADÊMICO

PRO-REITOR DE PLANEJAMENTO

PRO-REITOR ADMINISTRATIVO

DIRETORES DE CAMPI:

CAMPUS DE VILHENA

CAMPUS DE CACOAL

CAMPUS DE ROLIM DE MOURA

CAMPUS DE JI-PARANÁ

CAMPUS DE GUAJARÁ-MIRIM

DIRETORES DE NÚCLEOS:

NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

NÚCLEO DE SAÚDE

NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

CPPTA

CPPD

DCE

DIPEX

DPD

Deverão ainda compor o referido fórum, especialistas em Avaliação e representantes da comunidade externa (entidades de classe, associações, sociedades científicas, etc).

A instalação do Fórum de avaliação representa o início do processo de Avaliação Institucional e comporta dois momentos:

1.a - Deflagração de uma campanha publicitária para divulgação interna e externa da função do Fórum e divulgação do Projeto de Avaliação.



1.b - Convocação oficial dos segmentos da UNIR (discriminados no projeto) para a indicação de representante para compor o Fórum.

1.c - Expedição de Convite às Secretarias Estadual e Municipais de Educação, Saúde, Planejamento e/ou outras; Delegacia Regional do MEC; entidades de classe (OAB, CRM, CRA, CRC, CRP, etc.), Fórum de ONGs, sindicatos, Sociedades Científicas etc, para indicarem representantes.

2 - Seminário de sensibilização e implantação do Fórum de Avaliação.

2.a - Palestras de especialistas em Avaliação Institucional seguidas de debates acerca da temática.

2.b - Apreciação do Projeto de Avaliação da UNIR "Um Novo Início Repensado".

2.c - Discussão em grupos e proposição de encaminhamento da implantação do projeto.

Observações:

1 - Um exemplar do Projeto de Avaliação da UNIR será encaminhado junto com os convites e as convocações.

2 - Os representantes das unidades DPD; Núcleo de Educação; Saúde e Ciências Sociais; Campi de Vilhena; Cacoal; Ji-Paraná; Rolim de Moura e Guajará-Mirim serão membros da Comissão Executiva, devendo para isso ter o perfil do avaliador proposto no referencial técnico/teórico.

Os pressupostos metodológicos desta abordagem são: o anti-dogmatismo, a autenticidade e compromisso, a restituição sistemática, o ritmo e o equilíbrio da ação-reflexão.

Três momentos caracterizam esta avaliação, momentos estes que não são estanques, mas que, às vezes, se interpenetram:

- 1 - descrição da realidade;
- 2 - a crítica da realidade;
- 3 - a criação coletiva.

## II - COMISSÃO DE AVALIAÇÃO

1 - Comissão Executiva: encarregada de executar as deliberações do Fórum e coordenar os trabalhos de avaliação desenvolvidos pelas unidades de forma descentralizada.

Sua função básica consiste em promover situações e/ou propor tarefas que favoreçam o diálogo, a discussão, a busca e a análise crítica sobre o



funcionamento real das unidades e em seguida, estimular a iniciativa do grupo na reformulação e recondução das ações. (SAUL, 1988).

2 - Sub-comissões executivas: serão constituídas 9 (nove) subcomissões encarregadas de executar a avaliação por Unidade de Instituição, a saber:

2.1 - DPD - Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento  
Encarregada de levantar os indicadores institucionais e realizar o diagnóstico das unidades administrativas.

2.2 - NÚCLEO DE EDUCAÇÃO

2.3 - NÚCLEO DE SAÚDE

2.4 - NÚCLEO DE CIÊNCIAS SOCIAIS

- CAMPI

2.5 - VILHENA

2.6 - CACOAL

2.7 - ROLIM DEMOURA

2.8 - JI-PARANÁ

2.9 - GUAJARÁ-MIRIM

Encarregadas de promover as ações necessárias à realização do diagnóstico dos cursos, da auto-avaliação, da reavaliação e realimentação do processo.

Propõe-se o desenvolvimento do programa nas seguintes etapas:

### **ETAPA DE SENSIBILIZAÇÃO**

Ampliação das discussões do Projeto Institucional, através da realização de um seminário global, com a participação de representantes de outras IFES que participam do esforço nacional de avaliação das Universidades Brasileiras, além de representantes de outros órgãos como: MEC, ANDES, ANDIFES, etc.

Esta etapa inicia-se com a metodologia descrita no item I e amplia-se com a realização de seminários setoriais promovidos a nível das unidades, propiciando definição dos procedimentos metodológicos.

### **ETAPAS DE DIAGNÓSTICO**

1 - Implementação do Banco de Dados do DPD afim de atualizar os dados cadastrais da UNIR, gerando indicadores fidedignos e atualizados.

Para a realização do mesmo serão implantados programas que permitam o levantamento e a análise dos indicadores institucionais, bem como daqueles relativos ao ensino de graduação levantados pelas unidades



- 2 - Levantamento dos indicadores institucionais, a saber:
- 2-01 Relação ALUNO/DOCENTE
  - 2-02 Relação ALUNO/DOCENTE
  - 2-03 Relação FUNCIONÁRIO/DOCENTE
  - 2-04 Relação DIPLOMADA NA GRADUAÇÃO/INGRESSANTE
  - 2-05 Relação TESE / (OU DISSERTAÇÃO) / INGRESSANTE
  - 2-06 ÍNDICE DE TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE
  - 2-07 PRODUÇÃO ACADÊMICA DOCENTE
  - 2-08 DOCENTE D.E / DOCENTE
  - 2-09 DOCENTE EM 40 h / DOCENTE
  - 2-10 (SUBSTITUTO + VISITANTE) / DOCENTE
  - 2-11 DOUTOR / (TITULAR + ADJUNTO)
  - 2-12 (DOCENTE + FUNCIONÁRIO) / (FG + CD)
  - 2-13 ÁREA CONSTRUIDA / (ALUNO + FUNCIONÁRIO +  
DOCENTE)
  - 2-14 ACERVO BIBLIOGRÁFICO / ALUNO
  - 2-15 CUSTO POR ALUNO

DOCENTE)

- 3 - Levantamento dos indicadores relativos ao ensino de graduação,  
a saber:

- 3-1 TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO
- 3-2 TAXA DE OCIOSIDADE (TO)
- 3-3 ALUNO TEMPO INTEGRAL
- 3-4 GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL
- 3-5 TAXA DE RETENÇÃO DISCENTES
- 3-6 TAXA DE PARTICIPAÇÃO EM PROGRAMAS  
ACADÊMICOS
- 3-7 CUSTO POR ALUNO DE GRADUAÇÃO

- 4 - Levantamento dos aspectos gerais do ensino de graduação,  
referentes as seguintes variáveis:

- 4-1 HISTÓRIA DO CURSO
- 4-2 PERFIL PROFISSIONAL VISADO
- 4-3 ASPECTOS CURRICULARES
- 4-4 ORGANIZAÇÃO, FUNCIONAMENTO E GESTÃO
- 4-5 RECURSOS HUMANOS
- 4-6 INFRA ESTRUTURA
- 4-7 RECURSOS FINANCEIROS
- 4-8 CORPO DOCENTE
- 4-9 ENFOQUE CURRICULAR/COMPROMISSO SOCIAL DO  
CURSO/INSTITUIÇÃO
- 4-10 DISCIPLINAS / ATIVIDADES / OPTATIVAS
- 4-11 CORPO DISCENTE
- 4-12 INTEGRAÇÃO COM SOCIEDADE

- 5 - Consolidação de dados e relatórios.



Necessidade de consultoria externa para esta etapa.

6 - Preparação do documento final do diagnóstico pela Comissão Executiva, o qual alimentará as fases de Avaliação Interna e de Avaliação Externa.

## ETAPA DE AVALIAÇÃO INTERNA

Nesta fase cursos e as unidades administrativas farão a auto-avaliação com base nos dados levantados na fase de diagnóstico.

A Comissão Executiva, juntamente com as sub-comissões e sob a orientação de assessoria externa, elaborará os instrumentos necessários à essa fase avaliativa. Para subsidiar a auto-avaliação da área acadêmica sugerimos a adoção dos formulários (anexo I) do Projeto "Diagnóstico sobre as Licenciaturas da Região Norte" elaborado pela Regional do Fórum de Pró-Reitores de graduação das Universidades do Norte e Nordeste, com as devidas adaptações para os demais cursos e/ou outros aspectos não contemplados.

1 - Avaliação dos cursos de graduação, contemplará os fatores:

1-1 CONDIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES;

1-2 PROCESSOS PEDAGÓGICOS E ORGANIZACIONAIS UTILIZADOS NO DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES CURRICULARES;

1-3 RESULTADOS ALCANÇADOS DO PONTO DE VISTA DO PERFIL DO FORMANDO;

1-4 FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL CRÍTICO HABILITADO A ATENDER AS EXIGENCIAS DO CONTEXTO SOCIAL;

2 - Avaliação de disciplina

3 - Avaliação do desempenho docente: auto-avaliação e avaliação discente.

4 - Avaliação (auto-avaliação e avaliação dos professores) do estudante com base na (no);

4-1 EXPECTATIVA EM RELAÇÃO AO CURSO AO INGRESSAR NA UNIVERSIDADE;

4-2 DESEMPENHO ACADÊMICO;

4-3 REALIZAÇÃO DE TAREFAS, INTERESSE E PARTICIPAÇÃO;

4-4 FREQUÊNCIA INTEGRAL

5 - Avaliação do desempenho técnico-administrativo das funções de apoio ao desenvolvimento das atividades - fins da UNIR, relativa as variáveis:



Com relação à avaliação do desempenho técnico-administrativo, propõe-se uma avaliação baseada na organização por processo, dentro do enfoque de Qualidade Total com a assessoria de um consultor especializado e experiente.

- 5-1 CONDIÇÕES PARA O DESEMPENHO DAS FUNÇÕES;
- 5-2 PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES;
- 5-3 EXECUÇÃO DO PLANEJAMENTO;
- 5-4 ADEQUAÇÃO NO DESEMPENHO DAS FUNÇÕES
- 5-5 FLUXO DE INFORMAÇÕES;
- 5-6 EFICIENCIA E EFICÁCIA DOS PROCESSOS.

#### 6 - Avaliação da gestão universitária

Quanto à avaliação da Gestão Universitária, uma vez concluídas as avaliações das áreas acadêmica e técnico-administrativa é necessária, a avaliação da Estrutura Organizacional da UNIR.

Fica a cargo do FÓRUM de Avaliação a definição da metodologia a ser utilizada nesta fase. Entendemos tratar-se do momento de maior confrontação política e ideológica e, portanto, devem ser intensificados o diálogo e a negociação.

#### 7 - Avaliação das condições locais e nacionais referentes à (ao):

7-1 IMPACTO DAS POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO PROJETO INSTITUCIONAL;

7-2 CONDIÇÕES DE VIDA E DE TRABALHO (PÓS-GRADUAÇÃO, PARTICIPAÇÃO, PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, ENCONTROS, SIMPOSIOS, ETC) DO PESSOAL TÉCNICO-ADMINISTRATIVO.

No que tange à avaliação das condições locais e nacionais que repercutem no desempenho institucional, a metodologia proposta é de realização de um concurso para apresentação de projetos de pesquisa, entre a comunidade de pesquisadores locais e regionais.

Os projetos apresentados em respostas a um edital serão apreciados por especialistas e o vencedor será implantado, sob a coordenação de seu (s) autor (es). Todo o processo estará sob a supervisão da Comissão Executiva.

### **ETAPA DE AVALIAÇÃO EXTERNA**

Nesta etapa a comunidade externa será sondada, consultada e convidada a discutir com a comunidade interna os resultados da avaliação interna e do diagnóstico através das seguintes ações:



1 - Avaliação de Cursos por pares acadêmicos de outros IFES e entidades de classe;

2 - Avaliação por uma Comissão Externa composta por representantes de Sociedades Científicas, sindicatos, entidades representativas de classe sobre:

2-1 CONDIÇÕES DE VIDA NOS CAMPI;  
2-2 POLÍTICAS DE CAPACITAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE E TÉCNICO-

ADMINISTRATIVO;  
2-3 IMPACTO POLÍTICAS DE GOVERNO E POLÍTICAS EDUCACIONAIS (LEGISLAÇÃO, ORÇAMENTO, FINANCEIRO) NAS UNIVERSIDADES EM FASE DE CONSOLIDAÇÃO;

3 - Estudo e acompanhamento de egressos

3-1 ENCONTRO DE EX-ALUNOS

3-2 ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS

3-3 PESQUISA SOBRE DESEMPENHO DE EX-ALUNOS

4 - Pesquisa de necessidades e expectativas da sociedade rondoniense para redefinição do Projeto Pedagógico e Projeto Institucional.

## **ETAPA DE REAVALIAÇÃO**

1 - Organização e divulgação da avaliação (Diagnóstico, Avaliação Interna e Avaliação Externa) para análise dos Cursos e das Unidades;

2 - Reavaliação e proposição pelas Unidades e Cursos de medidas para a correção de rumos, reformulação do Projeto Pedagógico e Projeto Institucional e adoção de políticas institucionais, bem como encaminhamento e gestões administrativas junto aos órgãos competentes.

## **ETAPA DE REALIMENTAÇÃO**

1 - Fórum examina, discute e se pronuncia sobre as proposições das Unidades

2 - Impressão e divulgação do documento final - RELATÓRIO GERAL - da Avaliação Institucional.

3 - Implementação de ações e medidas para a correção de rumo ou aperfeiçoamento visando melhoria da qualidade de produtos e serviços.

## **OBSERVAÇÃO:**



Considerando o grau de importância e complexidade de um Programa Avaliação deste porte e a inexistência de especialistas de notório saber e/ou alta qualificação em avaliação em nossa instituição torna-se necessário assessoria externa em todas as fases do seu desenvolvimento.

## VII - ORÇAMENTO PARA 1996

EVENTOS E AÇÕES	VALOR EM R\$ 1,00
<b>01- SEMINÁRIO INSTAURAÇÃO DO FORUM:</b>	
- Diárias	835
- Materiais de Consumo	350
- Passagens aereas e terrestre	665
- Serviços de terceiro Pessoa física	1.344
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	806
- Equipamentos e Materiais Permanentes	5.500
<b>02- CAMPANHA PUBLICITÁRIA, Contratar serviços para realização e veiculação:</b>	
- Serviços de terceiro Pessoa física	806
- Materiais de Consumo	350
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	1.344
<b>03- SEMINÁRIOS DE SENSIBILIZAÇÃO GLOBAL:</b>	
- Diárias	835
- Materiais de Consumo	350
- Passagens aereas e terrestre	665
- Serviços de terceiro Pessoa física	1.344
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	806
<b>04- SEMINÁRIO SETORIAIS DE SENSIBILIZAÇÃO:</b>	
- Diárias	83.5
- Materiais de Consumo	350
- Passagens aereas e terrestre	665
- Serviços de terceiro Pessoa física	1.344
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	806
<b>05- ETAPA DIAGNOSTICO:</b>	
- Serviços de terceiro Pessoa física	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	
<b>06- CONSULTORIA EXTERNA PARA TODO O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO</b>	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	
<b>07- ENCONTRO DE EGRESSOS DA UNIR:</b>	
- Materiais de Consumo	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	



08- PESQUISAS:	
- Materiais de Consumo	
- Passagens aereas e terrestre	
- Serviços de terceiro Pessoa física	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	
09- SEMINÁRIO PARA DIVULGAÇÃO DE RESULTADOS:	
- Diárias	
- Materiais de Consumo	
- Passagens aereas e terrestre	
- Serviços de terceiro Pessoa física	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	
10- SEMINÁRIO DE REAVALIAÇÃO DOS RESULTADOS E REALIMENTAÇÃO	
- Diárias	
- Materiais de Consumo	
- Passagens aereas e terrestre	
- Serviços de terceiro Pessoa física	
- Serviços de terceiro Pessoa jurídica	
TOTAL	20.000

## PLANO DE APLICAÇÃO

### QUADRO DEMONSTRATIVO POR ELEMENTO DE DESPESA

(R\$1,00)			
1996 CÓDIGO	CEDENTE	PROPONENTE	TOTAL
349014	2.505		2.505
349030	1.400	1.000	2.400
349033	1.995		1.995
349036	5.376		5.376
349039	3.224	1.500	4.724
459052	5.500	1.500	7.000
TOTAL	20.000	4.000	24.000

## MEMÓRIA DE CÁLCULO

Em R\$ 1,00	
- Diárias em número de 15 para atender os deslocamentos nos eventos	2.505
- Material de Consumo Estimativa de aquisição de material de consumo (papel, transparência, canetas, disquetes, papel contínuo, etc.)	1.400
Passagens - tres eventos com participação de 1 palestrantes (Consultor), um deslocamento de dois tecnicos para participar em experiencias ja vivenciadas.	1.995
- Auxilio Financeiro a Munitoria e Estudante (Bolsa) - Considerar a	5.367



participação de 8 estudantes e munitores para levantamento de dados, durante 6 meses, com uma remuneração de R\$ 112,00/mês	
- Pessoa Jurídica - Despesas com impressão de documentos, serviços de computação, organização de seminários, impressão de relatórios e hospedagem.	
- Equipamentos de informática com computador e periféricos	5.500
<b>TOTAL</b>	<b>20.000</b>

**CRONOGRAMA (FÍSICO E FINANCEIRO)**  
**- CRONOGRAMA FÍSICO DE JULHO A DEZEMBRO/96.**

METAS	ESPECIFICAÇÃO	DURAÇÃO	
		INÍCIO	TÉRMINO
01	- Constituir Forum	julho/96	julho/96
02	- Constituir as Comissões e Sub-Comis.	julho/96	julho/96
03	- Divulgar e sensibilizar	afosto/96	setembro96
04	- Diagnóstico	outubro/96	dezembro/96
05	- Encaminhar Relatório parcial ao MEC	dezembro/96	janeiro/97
06	- Formação de comissões externa	97	97
07	- Encaminhar a conclusão do Diagnóstico às sub-comissões externas	"	"
08	- Iniciar a Avaliação Interna	"	"
09	- Iniciar a Avaliação Externa	"	"
10	- Consolidar as informações	"	"
11	- Reavaliar e propor reformulação do Projeto Pedagógico e Institucional	"	"
12	- Análise e Parecer do Fórum	"	"
13	- Elaborar relatório final	"	"
14	- Imprimir documentação gerada	"	"
15	- Divulgar a documentação nos âmbitos internos e externos da comunidade	"	"
16	- Implementação de propostas aprovadas	"	"



### CRONOGRAMA FÍSICO

ME TAS	ESPECIFICAÇÃO	1996												
		JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ							
01	-Constituir as comissões e sub-comissões	[ ]												
02	-Divulgar e sensibilizar -Diagnóstico	[ ]	[ ]											
	-Encaminhamento Relat.parc.aoMEC				[ ]		[ ]	[ ]						
03														
04	-Formação de comissão externa								[ ]	[ ]				
05	-Encaminhar conclusão as sub-comissões		[ ]			[ ]								
06														
07	-Iniciar avaliação Interna								[ ]					
08														
09	-Iniciar avaliação Externa									[ ]	[ ]			
10	-Consolidar as informações													
11	-Reavaliar o Proj. do Fórum													[ ]
12	-Análise e Parecer													
13	-Elab. Rel.Final									[ ]		[ ]		[ ]
	-Divulgação Geral	[ ]												



## APRESENTAÇÃO DA COMISSÃO

A comissão foi nomeada pela Portaria nº 245/GR, de 05 de abril de 1995, para elaborar o Projeto de Avaliação Institucional da Universidade Federal de Rondônia-UNIR, no prazo de 20 dias.

O grupo de trabalho face a exiguidade do tempo se propôs e concretizou a elaboração do Projeto como instrumento norteador da Avaliação Institucional. De modo que pudesse englobar, quando de sua implantação, a participação efetiva e representativa da / sociedade interna e externa a Universidade.

Em 19.04.95 a comissão entregou a Reitoria para encaminhamento ao MEC o Projeto de Avaliação Institucional da UNIR-Um Novo Início Repensado.

Integraram a Comissão:

**Elizabeth Antonia Leonel Moraes Martines**

Professora do Departamento de Ciências Biomédicas  
Especialista em Biologia Geral

**Maria das Graças Assunção**

Psicóloga  
Especialista em Saúde Pública  
Curso atualização em administração universitária

**Tiene Medeiros de Castro**

Economista  
Curso de atualização em administração universitária



Curso de elaboração e avaliação de projetos rurais dos vales da região amazônica

**Maria Berenice Alho da Costa Tourinho**  
Professora assistente III-DE  
Mestrado em serviço social - PUC-RJ

Por entendermos que a participação consciente de todos no processo de avaliação institucional é condição indispensável para o seu efetivo estabelecimento e otimização dos resultados a comissão executiva, encarregada da coordenação de todo o processo, será designada pela Reitoria desta IFE, por indicação do Fórum de Avaliação, como forma de ter o respaldo da comunidade universitária e da sociedade.

## RESUMO

A proposta deste Projeto é de reflexão sobre a existência desta Universidade, cujos conflitos sempre permearam seus 13 anos de existência na busca de sua vocação como Universidade Amazônica e de fronteiras, sua consolidação, como Instituição participante na formação do profissional cidadão e na produção e difusão de novos conhecimentos e tecnologias.

Professores, técnicos e alunos se apercebem e sentem a necessidade de uma avaliação que reflita claramente nossos pontos fracos e nossas potencialidades, oportunizando o delineamento do perfil institucional voltado para as questões regionais, analisando-as no contexto nacional e internacional.

Por outro lado, a comunidade externa espera dessa Universidade muito mais que ela pode oferecer no momento. Precisamos conhecer melhor as demandas de nossa clientela para direcionarmos nossas metas no sentido de atendimento de expectativa social.

Este é o momento para a nossa avaliação institucional, não só porque o MEC assim o quer, mais porque à algum tempo a comunidade universitária se debate numa parceria de projetos políticos e acadêmicos desencontrados, pulverizando, esforços no sentido de construção da academia. O período crítico por que passou a UNIR desde a sua criação configurou-se com o ápice de uma crise forte de Identidade Institucional, agravada pela Política Governamental e por problemas acadêmicos, político, funcionais e administrativos de toda ordem.

A implantação de um programa de Avaliação Institucional, sistemático e participativo, objetiva estimular a adoção de uma postura de autocrítica de docentes, discentes e servidores técnicos-administrativos; diagnosticar como se realizam e interrelacionam as tarefas acadêmicas em suas



dimensões de administração do ensino, pesquisa, extensão e administração. Finalmente, rever os projetos pedagógicos e institucional, propondo mudanças no cotidiano de todas as atividades acadêmicas e de gestão, contribuindo assim para a reformulação destes projetos e tornando-os socialmente relevantes e legitimados.

A proposta metodológica para a avaliação da UNIR deve se dar dentro do paradigma da Avaliação Emancipatória conforme enunciado por Ana Maria Saul (1988) os conceitos básicos envolvidos são emancipados, decisão democrática, transformação e críticas educativa.

Esta forma de avaliação deve ocorrer dentro de três vertentes Teórico-Methodológicas: Avaliação Democrática, Pesquisa Participante e Crítica Institucional/ Criação Coletivas.

As estratégias para a implantação do referido programa contemplam três momentos que não são estanques mas que, às vezes, se interpenetram (descrição e críticas da realidade e criação coletiva), onde a negociação, flexibilidade e a construção coletiva e descentralizada deverão permear todo o processo.

Para tal se propõe: criação de um Fórum composto de representantes de todos os segmentos da UNIR, especialistas em avaliação e representantes da comunidade externa.

Compete ao Fórum divulgar, oportunizar o confronto de diferentes tendências políticas e ideológicas, apreciar o Projeto de Avaliação Institucional apresentado, propor e aprovar mudanças consideradas necessárias, estabelecer metas e acompanhar o desenvolvimento das ações.

As deliberações do Fórum serão executadas por uma comissão executiva a quem compete também a coordenação dos trabalhos de avaliação desenvolvidos pelas unidades de forma descentralizada. Esta comissão é indicada pelo Reitor e deverá ser referendada ou não pelo Fórum.

O processo avaliativo contempla as etapas de:

- a) Sensibilização com a realização de seminários onde se discutirá a avaliação em suas partes e como processo global;
- b) Diagnosticar com levantamento dos indicadores relativos ao ensino de graduação e institucionais, consolidados em relatórios;
- c) Avaliação interna embasada no diagnóstico realizado e considerando aspectos qualitativos tanto quanto quantitativos, consolidados em relatórios;
- d) Avaliação externa compreenderá a sondagem, consulta e discussão entre comunidade externa e interna acerca dos resultados do diagnóstico a avaliação internas;
- e) Reavaliação constará de organização e divulgação da avaliação realizada pelas unidades acadêmicas e administrativas, visando propostas de medidas para a correção de rumos, reformulação dos projetos pedagógico e institucional.
- f) Realimentação compreenderá exame, discussão e pronunciamento do Fórum sobre a proposição das unidades culminando no relatório geral e sua respectiva divulgação. O resultado será encaminhado aos conselhos superiores para apreciação, deliberação e implementação.



Assim, cremos que um projeto de avaliação institucional, democrático, dinâmico, qualitativo/quantitativo, debatido amplamente durante todo o processo, flexível suficiente para sustentar a negociação e, portanto, construído coletivamente, pode contribuir muito para a melhoria da qualidade dos serviços e produtos oferecidos por esta instituição, levando-a a um desenvolvimento auto-sustentado com conseqüente melhoria de qualidade de vida para a população onde ela está inserida.

## BIBLIOGRAFIA

ADUNIR, ASSUNIR E DCE, Eleições Diretas para Reitor-Dossiê-Dezembro/1988, pg67.

AMORIM, A. e SOUZA, S. Z. L. Avaliação Institucional da União Brasileira; questões polarizadores. In Avaliação Institucional definições e posicionamentos, Estudos Avaliação Educacional, nº 1, 1990.

BOLETIM INFORMATIVO DA UNIR, novembro/91, pg08.

BOLETIM DE DADOS ESTATISTICO DA UNIR 1991, pg69.

BUARQUE, C. O Destino da Universidade. Florianópolis, Ass. Bras. de mantenedoras do Ensino Superior, 1991.

CANDOTTI, E. O Sistema Federal de Ensino Superior: Problemas das Alternativas. RCBS nº 23, 1993.

CASTRO, Raymundo Nonato e Outros. Seminário de Definições do Modelo da UNIR, junho de a983, pg85.



CASTRO, Raymundo Nonato e Outros. Relatório Geral da Universidade Federal de Rondônia, 1983, pg23.

CERON - Centrais Elétricas de Rondônia, Boletim Estatístico, 1990, pg 62.

COMISSÃO NACIONAL DE AVALIAÇÃO DAS UNIVERSIDADES BRASILEIRAS, Proposta de Avaliação das Universidades Brasileiras, SESU/MEC, Brasília, 1993.

DEMO, P. Avaliação Qualitativa IV: sobre Educação Transformadora. Rev. Brasileira de Estudos Pedagógicos, 69 (161), Brasília, 1988.

DEMO, P. Avaliação Qualiitativa II: algumas pegadas. Rev. Bras. Est. Pedag. 68(159), Brasília, 1987.

DEMO, P. Universidade e Qualidade. Ed. Brasileira, 1(1), Brasília, 1978.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO - Edição de 09.07.1982, pgs. 12585/6.

DURHAM, E. R. O Sistema Federal de Ensino Superior: Problemas e Alternativas RCBS nº 23, 1993.

ESTATUTO da Universidade Federal de Rondônia, 1982, alteração em 1987.

EZPELETA, J. e ROCKWELL, E. Pesquisa Participante. São Paulo, Cortez Ed. / Ed. Autores Associados, 1989.

FUNCER - Fundação Cultural de Rondônia, Compêndio de História e Cultura de Rondônia 1993, pg 244.

INFORMATIVO - UNIR em Foco, novembro/91, pg 08.

JURACY, Angelina Maria de Maia e Outros, O Curso de Contabilidade da UNIR em Porto Velho e Cacoal, 1991, pg 28.

JORNAL "O Globo"- O Norte no Panorama Econômico - Edição de 30.06.83.

JORNAL "Alto Madeira" - Cardeno "BR- 364 A Rodovia da Integração", Edição de 13.09.84.

JORNAL "Alto Madeira" - Edição Especial "A Constituição do Estado de Rondônia" Edição de 24.10.83.

MADEIRA, M . C. Representações Sociaie: Presupostos e Êmplicações. Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos. 729171), Brasília, 1991.

Memória das Resoluções do Conselho Diretor da UNIR - Período de 1982 a 1988.



SAUL, A. M. Avaliação Emancipatória. São Paulo, Ed. Cortez e Ed. /Autores Associados, a988.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE FERIA DE SANTANA. A Universidade em Questão: Projeto de Avaliação Institucional. Brasília/ Gráfica do Senado Federal, 1994.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE STA CATARINA. Avaliação Institucional da Universidade Fed. de Sta. Catarina. Relatório do Projeto de Avaliação do Docente pelo Discente. Florianópolis, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ. Projeto de Avaliação do Ensino de Graduação da Univ. Fed. do Pará, Belém, 1994.

VAHL, T. R. O Papel da Gestão Universitária. Texto utilizado no Curso de Atualização em Adm. Universitária, Manaus, 1994.

